

Aspectos do racismo no cotidiano das redações jornalísticas maranhenses¹

Ana Maria Nascimento²

Clara Teles³

Leila Sousa⁴

Universidade Federal do Maranhão/Imperatriz

RESUMO

O presente trabalho aborda o racismo no mercado de trabalho jornalístico no Maranhão, identificando padrões de discriminação racial e de gênero enfrentados por jornalistas negras. A pesquisa utilizou questionários e entrevistas em profundidade. Ao todo, 24 jornalistas responderam ao questionário pelo Google Forms e nove participaram das entrevistas pelo Google Meet. As bases teóricas referem-se aos questionários aplicados em 2021 (Sousa *et al.*, 2022) e ao perfil dos jornalistas brasileiros (Lima *et al.*, 2022). Os resultados revelam a desvalorização profissional das jornalistas negras, a pressão estética para se adequar aos padrões brancos do mercado e o baixo número de profissionais negras em cargos de liderança.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; racismo; jornalistas negras; Desvalorização profissional; Maranhão.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este trabalho surge a partir do projeto “Jornalismo, cidadania e mercado de trabalho: aspectos de desigualdades no exercício do jornalismo do Maranhão”, que vem sendo realizado desde o ano de 2021 e tem como objetivo mapear e problematizar as entraves e possibilidades do mercado de trabalho sob a perspectiva de jornalistas negras do Estado. Os procedimentos metodológicos da pesquisa perpassam por duas etapas: aplicação de questionários para mapear o perfil das jornalistas e entrevistas em profundidade.

No total, 24 jornalistas participaram da primeira etapa - questionários -, disponibilizada pela plataforma Google Forms entre janeiro e maio de 2022. Já a segunda etapa, foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com 9 jornalistas tanto de Imperatriz quanto de São Luís por meio do Google Meet. Ambos os instrumentos metodológicos passaram pelas seguintes seções: 1. Dados socioeconômicos; 2. Atuação profissional; 3. Ambiente de trabalho; 4. Percepções sobre o mercado jornalístico local em relação a cobertura sobre raça e gênero; 5. Percepção sobre raça e gênero no cotidiano.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

² Estudante do quinto período de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Email: ana.mcn@discente.ufma.br.

³ Estudante do oitavo período de jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. E-mail: clara.teles@discente.ufma.br.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da UFMA/Imperatriz, e do PPGCOM/UFMA. Doutora em Ciências da Comunicação – Unisinos. Vice-coordenadora do Núcleo de Pesquisa Maria Firmina dos Reis. Email: sousa.leila@ufma.br.

Os resultados mapeados (Sousa *et al.*, 2022) revelam que o mercado de trabalho jornalístico local é ocupado, majoritariamente, por mulheres jovens, entre 25 a 34 anos, e que 41,7% das entrevistadas se autodeclaram como negras ou pretas. No entanto, a maioria das jornalistas se encontra no cargo de Assessoria de Imprensa, já que para mulheres negras, parecem surgir mais oportunidades em assessorias que em cargos considerados "dentro da mídia" (Lima *et al.*, 2021). Ferreira, Nunes e Santos (2022), corroboram com esse dado ao apontarem que as pessoas negras enfrentam uma situação de maior fragilidade e desigualdade no mercado de trabalho em comparação com as pessoas brancas.

No que se refere às mulheres negras, são percebidas menos oportunidades para demonstrar sua competência e valor. E isso se comprova quando as entrevistas mostram que quase 60% das jornalistas nunca ocuparam cargos de chefia e/ou não conhecem mulheres negras que ocupem estas posições. E mais, a maior parte das jornalistas afirmam que os cargos de chefia em sua cidade são, predominantemente, ocupados por pessoas brancas. Assim, Carroll (2017, tradução nossa), reforça que toda a história da raça atua como uma “metalinguagem” para legitimar todas as disparidades de poder e status social. Servindo então, para habituar convenções e práticas discriminatórias no ambiente de trabalho e outros aspectos sociais e promover “a ignorância, desatenção, preconceito e estereótipos racistas” (Ferreira; Nunes; Santos, 2022, p. 03).

No Maranhão, 82,5% (IBGE, 2019) da população se identifica como negra. Porém, esse dado não se traduz na representação real dessa população em cargos de poder, especialmente no que diz respeito à presença de profissionais negras no campo jornalístico. A nível nacional, por exemplo, apenas 29,9% (Bergamo; Mick; Lima, 2021) dos jornalistas se autodeclaram como negros. Nesse sentido, os dados apontam para uma grande disparidade no exercício da profissão, que permeia questões como a empregabilidade, remuneração e os cargos ocupados por estas jornalistas.

2. METODOLOGIA E RESULTADOS

A partir do levantamento de dados pode-se observar que, mesmo com os debates sobre o racismo sendo mais efetivos nos espaços sociais, muitas pessoas ainda são vítimas desse tipo de violência dentro do espaço de trabalho, seja de forma velada, seja externa. Cerca de 91,7% das profissionais entrevistadas acreditam que o jornalismo desempenha um papel na manutenção do racismo. Ao serem questionadas sobre como percebem a reprodução do racismo no jornalismo local, elas pontuam: 1. Desvalorização ou questionamento da

competência de mulheres negras pelo mercado; 2. Pressão estética para se adequarem aos padrões brancos do mercado; 3. Pautas que pouco abordam a temática racial e 4. Baixo número de profissionais negras em posições de liderança. Ferreira e Nunes (2019) corroboram que as mulheres negras observam remunerações mais baixas e tendem a serem postas em ocupações específicas, muitas vezes associadas a salários inferiores e condições de trabalho precárias.

58,3% das jornalistas entrevistadas nunca estiveram em posições de liderança ou não conhecem mulheres negras que tenham ocupado essas posições, em que 91,7% ainda afirmam que os cargos de chefia no mercado jornalístico em sua cidade são ocupados principalmente por pessoas brancas. Esses números demonstram que há obstáculos sistêmicos relacionados à raça que impedem o avanço profissional das jornalistas para cargos mais elevados. Segundo, Ferreira e Nunes (2019, p. 10) “as mulheres negras são consideradas minorias e, nos estudos organizacionais que as consideram, a discussão está atrelada à diversidade nas organizações, não sendo dado a elas maior importância. As mulheres negras são oprimidas e estão em desvantagem em relação a outras mulheres”. Assim, a baixa representatividade, uma das observações mais presentes nas entrevistas, existe pela ausência de jornalistas negras em cargos de liderança, tornando o contato e convívio com mulheres pretas no setor de trabalho algo “raro”.

(...) O que me motivou foi isso de não ver muitas pessoas negras no cenário e da minha própria experiência pessoal mesmo. De lá pra cá já havia tido contato com algumas pessoas que me falaram também da mesma dificuldade e também de coisas terríveis para a gente pensar, que às vezes parecem tão sutil, parece que não vai ofender porque nem sempre é verbalizado, mas às vezes ofende muito (J4, Imperatriz, 2022).

Três das nove jornalistas que participaram da segunda fase da pesquisa, pontuaram que já foram desvalorizadas e ignoradas por serem mulheres negras. Mesmo quando têm todas as qualificações necessárias para ocuparem cargos importantes, essas profissionais muitas vezes não são levadas a sério e têm sua autoridade questionada. Silvio Almeida (2019) reflete que o racismo estabelece relações baseadas em um padrão considerado “normal”. Ele funciona como uma maneira de tornar o preconceito e a discriminação comuns, contribuindo para a manutenção do poder hegemônico (Almeida, 2019). Nesse caso, pode-se observar que a subjugação da qualificação e capacidade das profissionais negras fazem parte deste movimento de estrutura racista.

De acordo com Carneiro (2003), há uma hierarquia social que coloca a mulher negra em uma posição inferior, deixando-a em último lugar, enquanto coloca o homem branco no topo. E

isso é continuamente reforçado pela dupla desvalorização da mulher preta relacionada tanto ao gênero quanto à cor. Durante uma das entrevistas, foi mencionado um caso em que uma jornalista sofreu um ataque racista de um colega de trabalho. Ele a desqualificou usando estereótipos ligados às mulheres negras, questionando sua capacidade de ocupar um papel importante, como o de apresentadora.

Eu falei que eu gostava dessa questão da apresentação, de ser repórter e ela virou para mim e falou: ‘Ah, desiste. Apresentadora, só se for bonita, mulher bonita’. Aí eu fiquei sem palavras. Ela praticamente quis dizer que se eu era negra, era feia e eu não tinha chance na TV (J2, Imperatriz, 2022).

Cerca de 50% das co-produtoras desta pesquisa têm educação superior com alguma pós na área comunicacional. Elas compreendem a relevância da aprendizagem contínua e buscam participar de cursos como especialização, mestrado ou doutorado. No entanto, essa busca por aprimoramento educacional é impulsionada pela necessidade de enfrentar desafios substanciais no mercado de trabalho, como mencionado anteriormente, especialmente para mulheres negras.

O que se fala sobre racismo nas empresas e agências de comunicação ainda não é suficiente para que haja uma real evolução na questão aqui apresentada, durante a pesquisa as entrevistadas contam em sua maioria que havia ali entre colegas de trabalho a pauta racismo a ser falada vez ou outra, porém nunca com muita profundidade ou mesmo que haviam muitas notícias e matérias publicadas nos veículos que trabalham, no que diz respeito ao âmbito corporativo das agências e empresas, a pauta quase nunca é debatida, há pouco espaço de conversa com os funcionários sobre o racismo, era sempre mais um "papo de almoço" no dia a dia das entrevistadas do que realmente uma pauta mais educativa e profissional.

Assim era tudo muito focado no trabalho, no dia a dia, na rotina, nas entregas, nas pautas, nas entrevistas. Então, não tinha muito espaço para debate, para discussão não (J1, Imperatriz, 2022).

O mesmo acontece quando o assunto são as construções sociais do gênero, mesmo que o ambiente de trabalho de algumas entrevistadas trabalhem seja majoritariamente feminino, o espaço de debate educativo, corporativo e profissional, é ausente. Sempre acontece de ser mais uma conversa com as colegas durante o horário de almoço ou fim de expediente, não se tem ali o compromisso e a disposição da empresa/agência para falar sobre essas questões, e quando se fala é para trazer "condições" em forma de críticas e imposições estéticas em relação a vestimentas e aparência.

Nunca foi um assunto. A gente conversa entre si, né, em rodas de amiga, ali na hora do almoço e tal. Mas levar pra um âmbito mais corporativo, mais

educativo ou levar a discussão para que alcance a empresa como um todo, nunca foi uma prioridade ali dentro (J8, Imperatriz, 2022).

Percebe-se, portanto, que as empresas e agências maranhenses e comunicação têm outras prioridades que não envolvem a diversidade de gênero e raça dos jornalistas que ali trabalham, assim como também não é uma prioridade a implementação de momentos de debates e discussões sobre o assunto. Em uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo em 2022, 127 jornalistas e meios de comunicação foram alvos de 119 casos de violência de gênero, dos quais mulheres jornalistas (cis e trans) representam 91,3% das vítimas. Esses dados mostram o quanto a sociedade ainda precisa evoluir em todos os âmbitos, ainda mais quando a questão em pauta é o machismo, o sexismo, o racismo e tantos outros preconceitos sofridos por jornalistas mulheres, como aponta a pesquisa.

Durante as entrevistas também foi abordada a questão do colorismo. O termo é entendido por Alice Walker (1983) como o “tratamento prejudicial ou preferencial de pessoas da mesma raça, baseado tão somente na cor da sua pele”. Em alguns dos depoimentos das co-produtoras também há a presença do racismo identificado a partir de nuances do colorismo, ocorrendo, de forma mais “velada”, nas jornalistas negras de pele clara.

Sempre os comentários que eu já ouvi são por conta do cabelo, porque eu não sou uma preta de pele escura, eu sou uma preta de pele clara. Então, quando o meu cabelo era liso eu não era preta para ninguém. Eu era uma pessoa normal, o racismo não existia. Então eu era uma pessoa ok, que passava. (J1, Imperatriz, 2022).

Situações como esta descrita acima são, infelizmente, comuns no dia a dia de pessoas negras com pele clara, o que encaixa no que o Movimento Negro classifica como "colorismo", uma forma de preconceito que se baseia na determinação de que o tom da pele é que vai definir a maneira como a pessoa negra será tratada pelas pessoas. Quanto mais escura a pele, mais excluída aquela pessoa será.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo da pesquisa identificamos o fato de que a presença e a permanência de mulheres negras no jornalismo maranhense é ainda marcada por aspectos de exclusão e desigualdades. Dessa forma, quando falamos de aspectos sobre a produção jornalística no Maranhão, a perspectiva e a percepção dessas profissionais sobre como o mercado funciona, se torna fundamental.

Realizar esta pesquisa tem a importância de mostrar como o mercado de trabalho jornalístico ainda se constitui como permeado por desigualdades e exclusões a serem enfrentados diariamente pela mulher maranhense, sobretudo pelas profissionais negras. É a partir de pesquisas como esta que a reflexão sobre reprodução de estereótipos e violências na sociedade, e no mercado de trabalho, se torna possível. Representa também a tentativa de construir estratégias para o enfrentamento das mesmas.

Este trabalho traz um amplo debate sobre questões que precisam ser debatidas, enfrentadas e erradicadas não só na sociedade maranhense, mas em todo o Brasil. Para isso, trouxemos dados importantes sobre as características de produção jornalística na perspectiva do gênero e da raça para ajudar a identificar quem são, que posição ocupam e que dificuldades atravessam diariamente as jornalistas negras nordestinas, maranhenses, ao exercerem a profissão.

4. REFERÊNCIAS

ABRAJI. **Violência de Gênero contra jornalistas**. 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-de-genero-contra-jornalistas-abraji-2022/#:~:text=127%20jornalistas%20e%20meios%20de.91%2C3%25%20das%20v%C3%ADtimas>. Acesso em: 13 de março de 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

CARROLL, Tamar W. Interseccionalidade e Políticas de Identidade: Coalizões entre Identidades para Mudança Social Progressiva. **Sinais: Revista de Mulheres na Cultura e na Sociedade**, v. 42, n. 3, p. 600 - 607, 2017. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/689625>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa. Mulheres negras no mercado de trabalho: interseccionalidade entre gênero, raça e classe social. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* – EnAnpad, XLIII, São Paulo, 2019, 16p. Disponível em: <https://abre.ai/iXgX>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa; SANTOS, Jair Nascimento. O papel das relações raciais no mercado de trabalho brasileiro: processos de recrutamento e seleção em foco. **Cad. EBAPE.BR**, v. 21, nº 1, Rio de Janeiro, 14p., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/dzsSJpc9j7sp4BJLcZ5TRfc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.